

STJ00096538

LUCIANO AMARO

Professor de Direito Tributário
da Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie

DIREITO TRIBUTÁRIO BRASILEIRO

19ª edição

2013

 **Editora
Saraiva**

Rua Henrique Schaumann, 270, Cerqueira César — São Paulo — SP
CEP 05413-909

PABX: (11) 3613 3000

SACJUR: 0800 055 7688

De 2ª a 6ª, das 8:30 às 19:30

saraivajur@editorasaraiva.com.br

Acesso: www.saraivajur.com.br

FILIAIS

AMAZONAS/RONDÔNIA/RORAIMA/ACRE

Rua Costa Azevedo, 56 — Centro

Fone: (92) 3633-4227 — Fax: (92) 3633-4782 — Manaus

BAHIA/SERGIPE

Rua Agripino Dórea, 23 — Brotas

Fone: (71) 3381-5854 / 3381-5895

Fax: (71) 3381-0959 — Salvador

BAURU (SÃO PAULO)

Rua Monsenhor Claro, 2-55/2-57 — Centro

Fone: (14) 3234-5643 — Fax: (14) 3234-7401 — Bauru

CEARÁ/PIAUÍ/MARANHÃO

Av. Filomena Gomes, 670 — Jacarecanga

Fone: (85) 3238-2323 / 3238-1384

Fax: (85) 3238-1331 — Fortaleza

DISTRITO FEDERAL

SIA/SUL, Trecho 2 Lote 850 — Setor de Indústria e Abastecimento

Brasília/DF — CEP: 71200-020

Fone: (61) 3344-2920 / 3344-2951

Fax: (61) 3344-1709 — Brasília

GOIÁS/TOCANTINS

Av. Independência, 5330 — Setor Aeroporto

Fone: (62) 3225-2882 / 3212-2806

Fax: (62) 3224-3016 — Goiânia

MATO GROSSO DO SUL/MATO GROSSO

Rua 14 de Julho, 3148 — Centro

Fone: (67) 3382-3682 — Fax: (67) 3382-0112 — Campo Grande

MINAS GERAIS

Rua Além Paraíba, 449 — Lagoinha

Fone: (31) 3429-8300 — Fax: (31) 3429-8310 — Belo Horizonte

PARÁ/AMAPÁ

Travessa Apinagés, 186 — Batista Campos

Fone: (91) 3222-9034 / 3224-9038

Fax: (91) 3241-0499 — Belém

PARANÁ/SANTA CATARINA

Rua Conselheiro Laurindo, 2895 — Prado Velho

Fone/Fax: (41) 3332-4894 — Curitiba

PERNAMBUCO/PARAÍBA/R. G. DO NORTE/ALAGOAS

Rua Corredor do Bispo, 185 — Boa Vista

Fone: (81) 3421-4246 — Fax: (81) 3421-4510 — Recife

RIBEIRÃO PRETO (SÃO PAULO)

Av. Francisco Junqueira, 1255 — Centro

Fone: (16) 3610-5843 — Fax: (16) 3610-8284 — Ribeirão Preto

RIO DE JANEIRO/ESPÍRITO SANTO

Rua Visconde de Santa Isabel, 113 a 119 — Vila Isabel

Fone: (21) 2577-9494 — Fax: (21) 2577-8867 / 2577-9565 — Rio de Janeiro

RIO GRANDE DO SUL

Av. A. J. Renner, 231 — Farrapos

Fone/Fax: (51) 3371-4001 / 3371-1467 / 3371-1567

Porto Alegre

SÃO PAULO

Av. Antártica, 92 — Barra Funda

Fone: PABX (11) 3616-3666 — São Paulo

ISBN 978-85-02-19049-8

Amaro, Luciano

Direito tributário brasileiro / Luciano Amaro. —
19. ed. — São Paulo : Saraiva, 2013.

Bibliografia.

1. Direito tributário 2. Direito tributário - Brasil
I. Título.

CDU-34:336.2(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito tributário

34:336.2(81)

Diretor editorial Luiz Roberto Curia

Gerente de produção editorial Lígia Alves

Editor Jônatas Junqueira de Mello

Assistente editorial Silene Miranda de Sales

Produtora editorial Clarissa Boraschi Maria

Preparação de originais Ana Cristina Garcia

Maria Izabel Barreiros Bitencourt Bressan

Daniel Pavani Naveira

Arte e diagramação Cristina Aparecida Agudo de Freitas

Mônica Landi

Revisão de provas Rita de Cássia Queiroz Gorgati

Célia Regina Souza de Araujo

Denise Pisaneschi

Serviços editoriais Elaine Cristina da Silva

Vinicius Asevedo Vieira

Capa Aero Comunicação

Produção gráfica Marli Rampim

Impressão Ed.Loyola

Acabamento Ed.Loyola

Data de fechamento da edição: 30-4-2013

Dúvidas?

Acesso www.saraivajur.com.br

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva.

A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo artigo 184 do Código Penal.

ÍNDICE

<i>Alguns estudos do autor</i>	7
<i>Prefácio</i>	21

Capítulo I — CONCEITO DE DIREITO TRIBUTÁRIO

1. Direito financeiro e direito tributário	23
2. Denominação do direito tributário	27
3. Direito tributário como ramo do direito público	27
4. Autonomia do direito tributário	28
4.1. Autonomia e especialização	30
4.2. Autonomia, modificação de conceitos de direito privado e interpretação do direito tributário	32
5. Relações do direito tributário com outros ramos do direito	33

Capítulo II — CONCEITO E CLASSIFICAÇÃO DOS TRIBUTOS

1. Noção de tributo	37
2. Conceito de tributo	40
2.1. Crítica do conceito legal de tributo	41
2.2. Nossa definição de tributo	47
3. Figuras tributárias	49
3.1. Rol de tributos na Constituição	50
3.2. Espécies tributárias no Código Tributário Nacional: o imposto	52
3.3. Espécies tributárias no Código Tributário Nacional: as taxas	53
3.3.1. Taxas de polícia	54
3.3.2. Taxas de serviço	55
3.3.3. Taxa e preço público	63
3.4. Espécies tributárias no Código Tributário Nacional: a contribuição de melhoria	68
3.5. Outras figuras tributárias	71
3.5.1. Pedágio	71
3.5.2. Empréstimo compulsório	73
3.5.3. Contribuições sociais, econômicas e corporativas	74

3.5.4. Contribuição para iluminação pública	78
4. Classificação das espécies tributárias.....	78
4.1. Insuficiência do critério legal de especificação dos tributos	78
4.2. O problema da classificação dos empréstimos compulsórios	82
4.3. O problema da classificação das contribuições.....	84
4.4. Súmula da doutrina sobre classificação dos tributos	87
4.5. Classificações bipartidas e pluripartidas	90
4.6. Razão histórica para o rol assistemático das espécies tribu- tárias	91
4.7. Classificação “financeira” e classificação “jurídica” das es- pécies tributárias.....	96
4.8. Destinação e regime jurídico do tributo.....	98
4.9. Nossa classificação das espécies tributárias.....	102
4.9.1. Impostos	103
4.9.2. Taxas	104
4.9.3. Contribuições	105
4.9.4. Empréstimos compulsórios	108
5. Outras classificações de tributos	110

Capítulo III — A COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

1. Discriminação constitucional de rendas.....	115
2. Classificação da competência tributária.....	117
3. Critérios de partilha da competência tributária	118
4. Exercício da competência tributária.....	122
5. Conceitos de outros ramos do direito usados na definição da competência tributária.....	124
5.1. O sentido léxico e a definição da competência tributária	125

Capítulo IV — LIMITAÇÕES DO PODER DE TRIBUTAR

1. As limitações do poder de tributar	127
1.1. Limitações do poder de tributar em normas infraconstitucio- nais	130
2. Princípios e normas de limitação do poder de tributar.....	132
3. Princípio da legalidade tributária e tipicidade.....	133
3.1. Reserva de lei formal e exceções	138
4. Princípio da irretroatividade da lei tributária	140
4.1. A irretroatividade relativa das leis	140
4.2. A irretroatividade da lei tributária.....	141

4.3. Irretroatividade e imposto de renda	142
5. Princípio da anterioridade da lei tributária.....	143
5.1. Anualidade e anterioridade	144
5.2. Conteúdo do princípio da anterioridade	146
5.3. Exceções ao princípio da anterioridade	147
5.4. Anterioridade e imposto de renda	151
6. Princípio da isonomia ou igualdade tributária	159
6.1. Princípio da uniformidade	161
7. Princípio da capacidade contributiva	162
7.1. Efetivação do princípio e respeito aos direitos individuais.	167
8. Princípio da vedação de tributo confiscatório	168
9. Princípio da liberdade de tráfego	170
9.1. Liberdade de tráfego e pedágio.....	171
10. Princípio da transparência dos impostos.....	172
11. Princípios e regras específicos de determinados impostos	172
12. Princípios tributários decorrentes da ordem econômica	174
13. Imunidades tributárias.....	175
13.1. As imunidades na seção das “Limitações do Poder de Tri- butar”	177
13.2. Outras imunidades no sistema tributário constitucional ...	183
13.3. Outras imunidades fora do sistema tributário constitu- cional.....	185
14. Limitações de alíquotas.....	186
15. Limitações quanto à base de cálculo.....	187
16. Limitações à concessão de isenções e benefícios	188

Capítulo V — FONTES DO DIREITO TRIBUTÁRIO

1. Noção	189
2. A Constituição Federal.....	190
2.1. Emendas constitucionais.....	190
3. Leis complementares	191
3.1. Origem e características.....	191
3.2. Funções da lei complementar no direito tributário	192
3.3. A eficácia de lei complementar do Código Tributário Na- cional.....	194
4. Leis ordinárias e atos equivalentes.....	196
4.1. Leis ordinárias	196
4.2. Leis delegadas.....	196
4.3. Medidas provisórias.....	197
5. Tratados internacionais	202

5.1. O tratado como lei especial.....	203
5.2. A questão do primado dos tratados.....	205
5.3. Tratado e tributo estadual ou municipal.....	208
6. Atos do Poder Executivo Federal com força de lei material.....	213
7. Atos exclusivos do Poder Legislativo.....	213
7.1. Resoluções.....	213
7.2. Decretos legislativos.....	214
8. Convênios.....	214
9. Decretos regulamentares.....	215
10. Normas complementares.....	216

Capítulo VI — VIGÊNCIA E APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

1. Vigência das leis.....	219
2. Regras gerais.....	220
3. Vigência no espaço.....	220
3.1. Leis estrangeiras.....	222
4. Vigência no tempo.....	223
4.1. Vigência e princípio da anterioridade.....	224
5. Aplicação da lei tributária.....	225
5.1. Aplicação retroativa da lei tributária.....	226
5.2. As chamadas leis interpretativas.....	227
5.3. A retroatividade benigna em matéria de infrações.....	229

Capítulo VII — INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA LEI TRIBUTÁRIA

1. Noção de interpretação e de integração.....	231
2. Interpretação do direito tributário.....	233
3. Integração do direito tributário.....	236
3.1. Analogia.....	238
3.2. Princípios gerais de direito tributário.....	239
3.3. Princípios gerais de direito público.....	240
3.4. Equidade.....	241
4. Princípios gerais de direito privado.....	243
5. Conceitos de direito privado utilizados na definição da competência tributária.....	246
6. Interpretação literal.....	247
7. Interpretação benigna.....	248
8. A interpretação econômica do direito tributário.....	249

9. Abuso de forma, abuso de direito e simulação.....	255
10. A dissimulação do fato gerador.....	263
11. A desconsideração da pessoa jurídica.....	265

Capítulo VIII — A OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA

1. Noção de obrigação.....	269
2. Obrigação tributária.....	271
2.1. Natureza <i>ex lege</i> da obrigação tributária.....	272
2.2. Obrigação principal e obrigação acessória.....	273
2.2.1. Obrigação principal.....	273
2.2.2. O sentido da “accessoriedade” da obrigação dita acessória.....	275
2.3. Obrigação e fato gerador.....	276
2.4. Obrigação e patrimonialidade.....	277
2.5. Obrigações de adimplemento exigido pela lei e obrigações de adimplemento subordinado a providência do sujeito ativo.....	277

Capítulo IX — FATO GERADOR DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA

1. Noção e espécies de fato gerador.....	281
2. Crítica e defesa da expressão “fato gerador”.....	283
3. Elementos do fato gerador do tributo.....	289
4. Fatos geradores instantâneos, periódicos e continuados.....	293
5. Momento da ocorrência do fato gerador.....	297
5.1. Fato gerador e atos sujeitos a condição.....	299
6. Fato gerador, presunções e ficções.....	299
7. Tributação de atos ilícitos e de atos ineficazes.....	301
7.1. Interpretação do fato gerador.....	303
8. Efeito do fato gerador.....	304
9. Incidência, não incidência, imunidade e isenção.....	305
9.1. Crítica do conceito de isenção como “exclusão do crédito tributário”.....	308
9.2. Regime jurídico da isenção.....	310
9.2.1. Revogação de isenção, incidência e anterioridade.....	311
9.2.2. A revogação de isenção condicional e a prazo certo.....	313
9.3. Classificação das isenções.....	315

Capítulo X — SUJEITO ATIVO E PASSIVO DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA

1. Sujeito ativo da obrigação tributária.....	317
---	-----

1.1. Competência tributária e sujeição ativa	318
1.2. Sucessão do sujeito ativo	320
1.3. Recepção da legislação de ente político desmembrado	322
2. Sujeito passivo da obrigação principal e da obrigação acessória	323
3. Contribuinte	325
3.1. Contribuinte e capacidade contributiva.....	326
3.2. Contribuinte como conceito jurídico-formal	327
3.3. Relação pessoal e direta do contribuinte com o fato gerador.....	328
4. Responsável	329
4.1. Responsável como “terceiro”.....	330
5. Sujeito passivo da obrigação principal e sanções pecuniárias	331
6. As técnicas de definição do sujeito passivo responsável.....	333
7. A responsabilidade tributária no Código Tributário Nacional	336
7.1. Limites à definição legal de responsabilidade tributária	337
7.2. Terceiro responsável e “responsabilidade” do contribuinte.	339
7.3. Responsabilidade solidária	339
7.3.1. Efeitos da solidariedade	343
7.4. Responsabilidade por sucessão.....	345
7.5. Responsabilidade de “terceiros”	352
7.6. Responsabilidade “pessoal” de terceiros	353
8. Sujeição passiva e convenções particulares	354
9. Capacidade tributária	355
10. Domicílio tributário.....	357

Capítulo XI — LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO

1. Nascimento da obrigação tributária e lançamento	359
2. Obrigação tributária e “crédito tributário” no Código Tributário Nacional.....	364
3. Conceito de lançamento	368
4. Natureza do lançamento.....	373
4.1. Lançamento como ato administrativo.....	373
4.2. Lançamento como ato vinculado	373
5. Moeda do lançamento	374
6. Lei aplicável ao lançamento.....	374
7. Inalterabilidade do lançamento	376
8. Modificação dos critérios jurídicos de lançamento.....	377
9. Modalidades de lançamento.....	383
9.1. Lançamento por declaração	384
9.2. Lançamento e revisão de ofício	386
9.3. Lançamento por homologação.....	389
9.4. A necessidade do lançamento	395

10. Lançamento e arbitramento.....	396
11. Efeitos do lançamento.....	397
12. Suspensão, extinção e “exclusão” do crédito tributário.....	399

Capítulo XII — SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA

1. Obrigação tributária e exigibilidade.....	401
1.1. Suspensão da exigibilidade.....	402
2. Moratória e parcelamento.....	405
3. Depósito do crédito tributário.....	408
4. Reclamações e recursos administrativos.....	409
5. Liminar e tutela antecipada.....	409

Capítulo XIII — EXTINÇÃO DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA

1. Extinção da obrigação e extinção do crédito tributário.....	411
2. Extinção da obrigação acessória.....	413
3. Rol de causas extintivas do “crédito tributário” no Código Tributário Nacional.....	413
4. Pagamento.....	417
5. Consignação em pagamento.....	420
6. Decadência e prescrição.....	422
6.1. Os prazos extintivos no Código Civil de 1916.....	422
6.2. A decadência e a prescrição no Código Civil de 2002.....	427
6.3. Prazos extintivos no direito tributário.....	427
6.4. Decadência do direito de lançar.....	432
6.4.1. O prazo decadencial no lançamento por homologação....	435
6.5. Prescrição da ação de cobrança.....	440
6.6. Prescrição e lançamento por homologação.....	443
6.7. Interrupção da prescrição.....	443

Capítulo XIV — REPETIÇÃO DO INDÉBITO TRIBUTÁRIO

1. Pagamento indevido e restituição de indébito.....	445
2. O direito à restituição do indébito.....	446
2.1. Desnecessidade de prova do erro no pagamento.....	447
3. Hipóteses de restituição.....	448
4. Restituição de tributos indiretos.....	450
5. Restituição de juros e penalidades.....	453
6. Prazos extintivos.....	453
7. Restituição e compensação.....	456

Capítulo XV — INFRAÇÕES TRIBUTÁRIAS

1. Infrações tributárias e sanções	457
2. Sanções criminais e administrativas.....	458
2.1. As “classificações” do direito penal.....	461
2.2. “Direito penal tributário” e “direito tributário penal”	462
2.3. Princípios comuns às sanções administrativas e penais.....	465
2.4. Objetivos comuns das sanções administrativas e penais.....	465
3. Infrações tributárias no Código Tributário Nacional	466
4. A figura do infrator no Código Tributário Nacional	468
5. Responsabilidade por infrações tributárias e intencionalidade ...	470
6. Responsabilidade por infrações e dano.....	472
7. Responsabilidade pessoal do agente	473
7.1. Ilícitos criminais	474
7.2. Infrações de dolo específico.....	475
7.3. Ilícitos civis contra terceiros	476
8. Denúncia espontânea e exclusão da responsabilidade por infra- ções	477
8.1. Espontaneidade e investigação fiscal	478
8.2. Forma da denúncia	479
8.3. Denúncia espontânea e multa de mora	480
9. Anistia	481
9.1. Anistia e isenção	482
9.2. Anistia e remissão	482
9.3. Anistia e obrigações acessórias.....	483
9.4. Retrospectividade da anistia e isonomia.....	484
9.5. Anistia fiscal e dolo.....	484
9.6. Forma e formalidades da anistia	486
10. Crimes tributários.....	488
10.1. Crime fiscal e prisão por dívida	488
10.2. Histórico dos crimes fiscais	489
10.3. Crimes contra a ordem tributária	491
10.4. Depositário infiel	493
10.5. Pagamento do tributo e exclusão da punibilidade.....	493
10.6. Denúncia espontânea e exclusão da punibilidade.....	494

Capítulo XVI — GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

1. Noção	497
2. Responsabilidade patrimonial pelo crédito tributário	499

3. Presunção de fraude	500
4. Indisponibilidade de bens	502
5. Preferências do crédito tributário	503
6. Prova de quitação de tributos	505

Capítulo XVII — ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

1. Poderes das autoridades fiscais	507
1.1. Acesso a informações de interesse fiscal	508
1.2. Procedimento de fiscalização.....	510
1.3. Prestação de informações e sigilo fiscal	511
1.3.1. Oposição do dever de sigilo ao Fisco.....	511
1.3.2. Dever de sigilo do Fisco.....	512
2. Dívida ativa	513
3. Certidões negativas	513

<i>Bibliografia</i>	515
---------------------------	-----